

CONTAS PÚBLICAS

Economia - Brasil

País terá que economizar R\$ 2 bilhões acima do previsto para garantir o cumprimento da meta de superávit acertada com o FMI

Aumento do PIB obriga governo a poupar mais

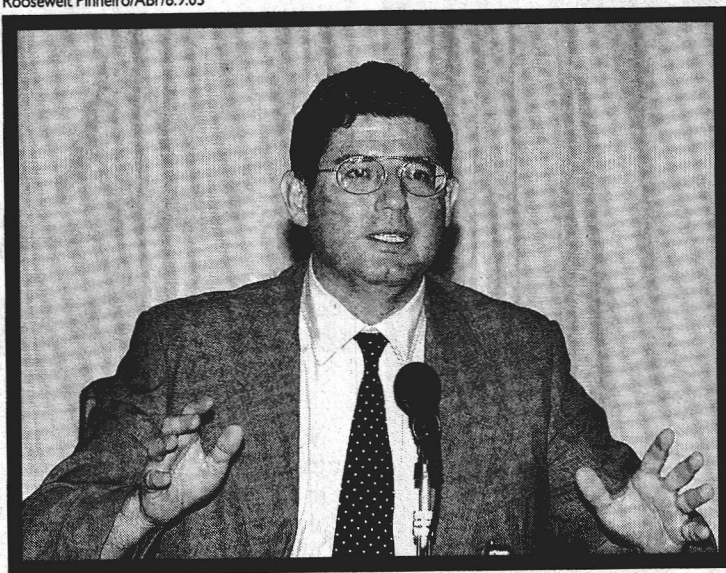
Roosevelt Pinheiro/ABR/8.9.03

O governo vai reavaliar suas receitas e despesas e poderá ser obrigado a cortar mais gastos.

A medida pode ser necessária por causa da economia adicional de R\$ 2 bilhões que o governo federal precisará fazer por causa dos novos números do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), segundo avaliação do secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy.

O PIB maior eleva o valor do superávit primário (receitas menos despesas excluindo gastos com juros) que o governo central precisará cumprir. No acumulado dos nove primeiros meses do ano, a economia brasileira cresceu 5,3% sobre o mesmo período de 2003. Como a meta de superávit está indexada ao PIB — é de 4,5% do PIB neste ano — o governo também deverá elevar o montante de dinheiro reservado para o pagamento de juros da dívida pública, segundo Levy.

Entre janeiro e outubro, o governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) fez um superávit de R\$ 51 bilhões, contra R\$ 42,88 bilhões no mesmo período de 2003. A meta para o ano é de R\$ 45,4 bilhões, mas as despesas no final do ano aumentam com o pagamento do décimo terceiro do funcionalismo público, o que pode gerar um déficit. Segundo



JOAQUIM LEVY: "ESPERO QUE NÃO TENHAMOS QUE FAZER CORTES DRACONIANOS"

ele, o impacto do aumento do PIB para o governo central deve ficar em torno de R\$ 2 bilhões.

Embora haja a possibilidade de redução das despesas, o secretário diz esperar "que nós não tenhamos que fazer cortes draconianos". Ele explica que a execução do Orçamento já levava em conta um crescimento da economia. Essa projeção foi feita por meio de indicadores como o da produção industrial, que são divulgados antes do PIB. Em um possível corte de gastos, o secretário não soube dizer quais áreas seriam prejudicadas pela realocação dos recursos.

Segundo ele, isso é uma atribuição mais compatível com o Ministério do Planejamento, que faz a conexão entre os diversos ministérios. "Eu não sei se haverá corte este ano. Hoje eu não vejo corte." O secretário disse que o importante é criar um ambiente adequado para atrair investimento privado e mostrar que vale a pena correr o risco de investir no país. Para ele, a relação dívida/PIB — um dos indicadores de solvência de um país — deve terminar o ano entre 52% e 53%. Em outubro, estava em 53,7%, uma queda de cerca de cinco pontos

percentuais no ano.

"A continuação da política fiscal e o sucesso do declínio da inflação têm a tendência de ser um efeito super positivo na dívida pública", disse o secretário. Levy admite que estão adiantadas as conversas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o projeto-piloto de investimento em infraestrutura que ficará de fora do cálculo do superávit primário. No entanto, a conclusão formal do acordo pode ocorrer só em março do ano que vem.

Superávit

Na quarta-feira, o ministro interino do Planejamento, Nelson Machado, disse que o valor a ser excluído do superávit primário pode ultrapassar R\$ 3 bilhões e que não havia a necessidade de um "aval formal" por parte do Fundo. Levy disse que a discussão com o Fundo continua e envolve vários países.

Mesmo com as conversas ainda em andamento, o governo já estuda quais projetos podem ficar de fora do cálculo do superávit. Transportes e saneamentos estão entre as prioridades. "Nós estamos nos preparando. Estamos selecionando projetos que tenham retorno já em 2005, que garantam melhores estradas, que garantam o escoamento da safra, que garantam diminuir o custo das exportações", disse.